

Uma série de estudos sobre movimentos sociais comemorou recentemente sua terceira década de existência. Eles foram iniciados por inúmeros episódios de mobilização e ação coletiva que varreram a Europa e os Estados Unidos (e, em uma escala muito menor, a América Latina) no final dos anos de 1960. Além do apelo dos eventos sociais que se desdobravam ante seus olhos, os cientistas sociais também encontraram uma grande motivação acadêmica para encarar este fenômeno: a deficiência das teorias dos movimentos sociais então existentes.

Apesar das raízes empíricas comuns, as escolas que surgiram na Europa e nos Estados Unidos tomaram rumos completamente diferentes e, infelizmente, por mais de uma década, o diálogo entre essas correntes foi praticamente nulo. No final dos anos de 1980, estudiosos latino-americanos engajaram-se na pesquisa sobre movimentos sociais. Esta foi uma resposta tardia, uma vez que os movimentos tinham obtido considerável importância no continente desde o final dos anos de 1970. Apesar de terem se juntado tardiamente à comunidade de es-

tudiosos dessa área, os pesquisadores latino-americanos não souberam identificar os pontos fortes e deficientes de cada escola e, a partir disso, construir um enfoque próprio. Em vez disso, a maioria adotou, de modo pouco crítico, conceitos das escolas europeias, inapropriados para o contexto local. A literatura latino-americana, europeia e norte-americana mais recente sobre os movimentos sociais, contudo, aponta para uma maior integração dos enfoques, o que, aparentemente, tem fortalecido esta área de pesquisa.

Este trabalho é uma discussão da trajetória dos estudos dos movimentos sociais nos últimos trinta anos. O argumento central aqui desenvolvido é o de que as escolas que surgiram na Europa e nos Estados Unidos se desenvolveram paralelamente e de modo bastante isolado, senão competitivo, mas, finalmente, começaram a somar seus esforços. Neste texto, damos maior atenção ao paradigma dos Estados Unidos, pouco utilizado pelos pesquisadores latino-americanos, que recebem influência muito maior de seus colegas europeus. Este recente diálogo entre as duas escolas também

* Este trabalho é uma adaptação do primeiro capítulo de minha tese de doutorado, defendida na Universidade da Flórida, em 1999, cujo título é *State-Society Relations on the Agricultural Frontier: the Struggle for Credit in the Transmanzanã Region*. Agradeço ao CNPq pela bolsa que possibilitou meus estudos de doutorado. O trabalho de campo foi realizado com apoio financeiro da National Air and Space Administration, Fundação Tinker, Fundação Ford e do Programa de Desenvolvimento e Conservação Tropical da Universidade da Flórida.

afeta, de maneira muito positiva, os estudos dos movimentos sociais na América Latina, como veremos adiante.

A análise é dividida da seguinte forma: primeiramente, discutem-se os chamados modelos clássicos de movimentos sociais, que predominaram nos Estados Unidos até o surgimento de modelos alternativos nos anos de 1970. Em seguida, são discutidas as duas variantes do enfoque norte-americano que substitui as teorias clássicas: mobilização de recursos e processo político. Na sequência, é apresentado o enfoque europeu que predominou nestes anos: os *novos movimentos sociais* ou *paradigma da identidade*.¹

Depois de apresentadas as diferentes abordagens, é feita uma discussão sobre a convergência teórica dos mesmos e, finalmente, com base nessa discussão, são apontados alguns fatores que merecem maior atenção em futuros trabalhos sobre movimentos sociais.

Teorias Clássicas dos Movimentos Sociais

O enfoque clássico, que dominou este campo de estudos até os anos de 1970, seguiu a tradição social-psicológica da escola de Chicago. De acordo com os seguidores dessa tradição, tensões sociais causam mudanças psicológicas e induzem o ser humano ao comportamento anormal. Seguindo essa linha de raciocínio, surgiram diversas variantes das teorias clássicas, e todas compartilhavam as seguintes premissas:

1. A ação política ou é convencional-institucional ou coletiva e não-institucional.
2. A ação coletiva não-institucional não é guiada pelas estruturas sociais existentes e surge para lidar com situações indefinidas ou não-estruturadas.
3. Estas situações ocorrem durante períodos de mudança estrutural na sociedade e quando órgãos de controle social entram em colapso.

4. As tensões, o estresse, a frustração e o descontentamento resultantes levam os indivíduos a se engajar nos modos de ação coletiva não-institucional.
5. A ação coletiva não-institucional segue ciclos que podem se mover da ação espontânea de massas para a formação de movimentos sociais.
6. O surgimento dos movimentos sociais nesses ciclos ocorrem por meio de modos rudimentares de comunicação, como contágio, rumores, difusão e reações circulares.

Em síntese, o enfoque clássico considera os movimentos sociais um comportamento anormal que surge em resposta a mudanças sociais estruturais e às tensões que delas derivam. Como resultado, uma epidemia de irracionalidade tem início e as pessoas começam a recorrer a modos "não-aceitáveis" de participação (ação não-institucional) — a mobilização social é um destes modos. Sob a égide das teorias clássicas, existem cinco modelos principais que buscam explicar a ação coletiva: *sociedade de massas*, *comportamento coletivo*, *inconsistência de status*, *privação relativa*, e a *curva-J* (McAdam, 1982).

A teoria do comportamento coletivo explica os movimentos sociais em termos de respostas às ambigüidades normativas que as mudanças sociais causam. O escopo destas mudanças pode ser a industrialização, a urbanização, o rápido crescimento do desemprego, as mudanças tecnológicas, a migração entre outras. Este é o mais geral dos enfoques. Seus seguidores (Smelser, 1962; Gusfield, 1970) não consideram nenhum tipo particular de mudança social a causa fundamental dos movimentos, eles discutem mudanças de modo geral. Tais mudanças têm o poder de romper a ordem normativa de uma dada sociedade e o rompimento desta ordem aumenta a ansiedade e a hostilidade, induzindo, assim, as pessoas a participar dos movimentos sociais. Uma análise

se mais profunda desta corrente é feita por McAdam (1982).

De acordo com os proponentes da teoria da sociedade de massas, como Kornhauser (1959), a principal causa das tensões estruturais é a ausência de uma estrutura de grupos intermediários por meio da qual as pessoas possam se integrar à vida social e política. Essa falta de estrutura intermediária isola os indivíduos, que passam a se sentir alienados e ansiosos. Nessas situações, a violência e o comportamento irracional tornam-se válvulas de escape. Este modelo segue a idéia de anomia de Durkheim, de acordo com a qual a modernização elimina a solidariedade comunitária e compele os homens a procurar novos papéis e identidades, juntando-se a novas coletividades (ver Tarrow, 1998).

Os proponentes da teoria da inconsistência de status (Broom, 1959; Gerschwiler, 1964) defendem a idéia de que uma discrepância entre a posição de uma pessoa em uma série de dimensões de *status* (educação, renda, ocupação) produz graus de dissonância cognitiva, incomodando o indivíduo e levando-o a participar de atos de ação coletiva (McAdam, 1982).

De modo similar, as teorias da privação relativa explicam a ação coletiva em termos de expectativas frustradas de indivíduos ou grupos que não estão satisfeitos com suas condições materiais ou *status* em relação a outros. Nas palavras de Ted Gurr, "o potencial psicológico-social para a violência coletiva é uma difusa disposição à ação agressiva, uma variável primária cujo determinante imediato em uma coletividade é a intensidade e a amplitude da privação relativa" (1970, p. 321).²

Em seu famoso *Political Order in Changing Societies*, Samuel Huntington defende um argumento similar ao de Durkheim. De acordo com ele, sociedades que passam por uma rápida modernização são susceptíveis a uma quebra da ordem política. À medida

que as sociedades mudam devido à industrialização e à urbanização, as pessoas buscam novas formas de participação para manter os vínculos necessários que formam a comunidade. Essas mudanças demandam instituições políticas novas, mais fortes e complexas, que se desenvolvem mais lentamente do que a participação política. A crescente mobilização mina as bases das instituições antigas e anacrônicas e acaba por gerar confrontos abertos (Huntington, 1968).

A teoria da curva-J é uma variação da teoria da privação relativa que procura conciliar a visão de Marx e de Tocqueville sobre as revoluções. De acordo com Marx, as revoluções explodem no momento em que a miséria do proletariado aumenta em relação à situação econômica da burguesia. Já Tocqueville considerava que as revoluções são produto da liberalização de regimes opressivos. Baseado nestas duas idéias, J. Davies (1969) construiu um modelo de acordo com o qual as revoluções se tornam mais prováveis quando um período prolongado de crescimento econômico e social é seguido por um curto período de reversão. Durante a prosperidade, as pessoas desenvolvem expectativas crescentes de poder suprir suas necessidades e, no período de crise, um estado mental de ansiedade e frustração que as leva a se manifestar.³ Todas as versões das teorias clássicas têm alguns pontos em comum. Em primeiro lugar, destacam a natureza reativa da ação coletiva. Mudanças estruturais causam tensões que dão início à insurreição social quando atingem um nível crítico. Em segundo, apesar de tratarem da ação coletiva, esses enfoques se concentram nos efeitos psicológicos das tensões sociais sobre os indivíduos, cujas ações são a causa próxima do aparecimento de movimentos. Finalmente, é característica comum de todas essas abordagens a necessidade de se resolver os distúrbios psicológicos, mais do que atingir algum objetivo político.

A onda de movimentos sociais que se difundiu nos Estados Unidos e na Europa

Ocidental durante os anos de 1960 ajudou a descreditar as teorias clássicas. Por um lado, como aponta Cohen (1985), o desenvolvimento de movimentos bem organizados em sistemas democráticos e pluralistas não tem nada de irracional ou marginal. A maioria dos grupos que se engajaram na política de confronto aberto durante essa década tinha objetivos muito claros, bem como estratégias para alcançá-los. Os atores engajados nesses conflitos não lembravam em nada indivíduos isolados, alienados e anônimos descritos pelos autores das teorias clássicas.

Em relação à privação, é difícil relacionar os grupos mobilizados durante este período com sentimentos de estresse psicológico devido à privação relativa, especialmente quando se considera que inúmeros destes grupos tinham bandeiras de luta ligadas a temas como raça e gênero, e não só a classe social. Mesmo entre os grupos econômica e socialmente mais frágeis, é difícil identificar exemplos de acentuado estresse psicológico. O trabalho de Jenkins e Perrow (1977) é exemplar nesse sentido. Após estudar levantantes de trabalhadores rurais nos Estados Unidos, eles afirmaram não haver razão alguma para acreditar que o desencantoamento deles era maior nos anos de 1960 do que na década anterior, quando não houve greves ou levantantes de qualquer tipo. Pelo contrário, nos anos de 1960, os salários médios dos trabalhadores que se insurgiram estava em seu máximo histórico e o governo havia lhes estendido ao menos alguns benefícios sociais. Mais significativo era o fato de que diferenças culturais e linguísticas eram menos pronunciadas nesta época, uma vez que esses trabalhadores de origem mexicana estavam finalmente se assentando e consolidando suas comunidades.

Dificuldades são constantes na vida dos grupos subordinados. Ainda assim, a realidade de nos mostra que revoltas, revoluções, protestos e confrontos não acontecem o tempo todo. É fácil relacionar mudanças sociais a distúrbios depois que eles ocorreram. Con-

tudo, como a sociedade está em mudança constante, é difícil prever o surgimento de movimentos sociais tendo como base mudanças estruturais. As mudanças e as tensões sociais podem até ser uma condição necessária para o surgimento de movimentos sociais, mas não são condições suficientes.

Outro tipo de crítica aos enfoques clássicos diz respeito à sua ênfase no desconhecimento individual como a causa próxima dos movimentos sociais. De acordo com seus defensores, os participantes dos movimentos diferem das pessoas comuns devido a seu perfil psicológico anormal. Segundo McAdam (1982), esta caracterização pode servir para descreditar os insurgentes, mas tem pouco, se é que tem algum, poder explanatório. De qualquer modo, as teorias clássicas não conseguem explicar como massas de indivíduos afligidos por tormentos psicológicos se unem e se engajam em diversas modalidades de ação coletiva. Como McAdam destaca, "há evidência significativa que seriamente desafia a hipótese de má interação. Especialmente significativos são os vários estudos que demonstraram que os participantes de movimentos sociais são melhor integrados a suas comunidades que os não participantes" (1982, p. 13). Ainda mais importante é o fato de que os proponentes das teorias clássicas nunca produziram evidências para apoiar a alegação de que as tensões sociais são a causa dos movimentos. Se mudanças sociais causam estresse psicológico que, por sua vez, causa mobilização, eles deveriam ter comparado o nível de estresse entre participantes e não participantes. Do mesmo modo, uma análise do nível de estresse no decorrer do tempo seria crucial para provar tal afirmação; contudo, o que os estudiosos mostraram foram instantâneos de situações específicas durante a erupção de movimentos sociais.

Uma das falhas mais lamentáveis das teorias clássicas é que ela nega a existência de uma ligação direta entre problemas sociais e ação política. A caracterização dos

participantes de movimentos como indivíduos psicologicamente doentes ignora seu engajamento político evidente. A raiz dessa negação, sugere McAdam (1982), está na aceitação acrítica das teorias pluralistas do Estado por parte desses estudiosos. A lógica é simples: se o sistema político (norte-americano) é realmente aberto e democrático, aqueles que optam por não utilizar os canais institucionalizados da política não se comportam de maneira racional. "Se, contudo, o indivíduo rejeita o modelo pluralista em favor de uma visão elitista ou marxista do poder na América, a distinção entre política racional e movimentos sociais desaparece" (1982, p. 19).

As críticas às teorias clássicas expostas acima são o melhor ponto de partida para entender o novo paradigma criado nos Estados Unidos nos anos de 1970: a *teoria da mobilização de recursos*. Como veremos, este paradigma evoluiu de um enfoque estreito sobre a disponibilidade de recursos para um mais amplo que, além dos recursos, considera os efeitos das oportunidades políticas sobre a ação coletiva. Alguns autores tratam esses dois enfoques (*mobilização de recursos* e *oportunidades políticas*) como sinônimos (Cohen, 1985); outros os classificam como correntes diferentes (Mayer, 1991). A literatura mostra que ambos surgiram a partir de uma mesma raiz intelectual. Apesar disso, para maior clareza, eles são apresentados separadamente neste trabalho.

Mobilização de Recursos

A teoria pluralista e sua concepção limitada do Estado começaram a cair em descrédito nos Estados Unidos no final dos anos de 1960. Não por coincidência, durante este mesmo período, os movimentos sociais pluralistas consideravam o sistema americano aberto às demandas populares. Con-

tudo, as interpretações clássicas dos movimentos sociais como anomalias operando dentro de um sistema político justo não conveniam muitos estudiosos da política. Pelo contrário, alguns começaram a ver a teoria pluralista em si como uma anomalia. Muitas críticas surgiram neste período. A idéia de que diferentes grupos de interesse têm poder semelhante e iguais oportunidades de sucesso quando competindo em um sistema pluralista começou a ser atacada. Estava claro para os críticos que alguns grupos são mais fortes e organizados e que, por isso, são mais eficazes do que outros. Essas diferenças podem refletir a capacidade política e organizacional de cada grupo. Mais importante, contudo, é que elas refletem os desequilíbrios na distribuição de recursos entre os grupos competidores. Como disse McAdam: "Pode até haver uma arena política na América, só que não é o movimento do clube descrito pelos pluralistas, mas sim um clube restrito, reservado somente para os ricos e poderosos. Somente aqueles com capital político suficiente devem pedir para entrar" (1982).

Quando os cidadãos operam em um sistema que não é completamente aberto e livre de vieses, recorrer à mobilização e ao confronto não parece ser algo irracional em sentido algum. Para enfrentar o desafio de competir contra poderosos grupos de interesse, os grupos e as classes mais fracas têm de criar novas estratégias que lhes dê alguma alavanca política.

Apesar de McCarthy e Zald (1973) haverem sido os primeiros autores a usar o termo "mobilização de recursos", muitos outros utilizaram um conceito similar, apesar da significativa diferença entre seus trabalhos. Cohen (1985), confrontando este paradigma com as teorias clássicas, identificou oito tendências:

1. Movimentos sociais precisam ser compreendidos em termos de um modelo conflituoso de ação coletiva.

2. Não há diferença fundamental entre ação coletiva institucional e não-institucional.
3. Ambos implicam conflito de interesse construído dentro das relações de poder institucionalizado.
4. A ação coletiva envolve a busca racional de interesses coletivos.
5. Metas e descentendimentos são produtos permanentes das relações de poder e não podem explicar a formação de movimentos.
6. A ação coletiva depende de mudanças nos recursos, organização e oportunidades.
7. Sucesso é evidenciado pelo reconhecimento de um grupo como ator político ou pela obtenção de benefícios materiais.
8. Mobilização envolve organizações formais, burocráticas, com propósitos específicos e de grande escala.

McAdam (1982) resume a teoria da mobilização de recursos de modo simples: é o estudo da relação entre descontentamento constante no tempo e o aumento de recursos que permite aos grupos se mobilizar (a interação entre os fatores 5 e 6, acima). Mais uma vez, a relação entre essa teoria e o neopluralismo, ou teoria das elites, é muito clara. A teoria das elites descreve a sociedade como caracterizada por uma acentuada disparidade de poder entre as elites e as massas. O efeito desse desequilíbrio é a exclusão da maioria dos segmentos da sociedade de qualquer papel significativo no exercício do poder político. Como consequência, os defensores da mobilização de recursos desviam o foco de seus estudos das massas para as elites, isto é, dos que têm poucos recursos para os que têm muitos (McAdam, 1982).

Em um trabalho teórico que resume os principais elementos da teoria de mobilização de recursos, McCarthy e Zald (1977) destacam a importância das elites para os movimentos sociais. De acordo com eles, "os movimentos sociais tendem a ser muito limita-

dos em seu controle de recursos discionários. É somente quando estes recursos podem ser obtidos de simpatizantes conscientes que as organizações de movimentos sociais viáveis (SMOs)⁴ podem ocupar o campo para moldar e representar as preferências destas coletividades" (1977, p. 1226). Recursos discionários, explicam, são tempo e dinheiro. Por simpatizantes conscientes, os autores querem dizer indivíduos e grupos que são parte do movimento social mas não se beneficiam diretamente de suas conquistas. Em outras palavras, os movimentos sociais necessitam do apoio de uma elite externa para decolar. O trabalho de Jenkins e Perrow (1977) sobre a emergência dos trabalhadores rurais é um bom exemplo da aplicação da teoria da mobilização de recursos. Esses autores concluíram que os trabalhadores conseguiram contrabalançar o viés elitista dos formuladores de políticas ao se aliar com alguns setores da própria elite: "os patrocinadores servem como protetores, assegurando que a elite política se mantenha neutra quanto ao desafio" (p. 266).

Esse enfoque foi uma reação direta aos modelos clássicos, que consideravam os movimentos sociais a manifestação agregada de indivíduos irracionais. É importante lembrar também que, nos anos de 1970, a escola da escolha racional ganhava força nas ciências sociais norte-americanas e, assim, não é nenhuma surpresa o fato de que os teóricos da mobilização de recursos tenham incorporado a racionalidade estratégica a seus modelos.

Como consequência dessa incorporação, a primeira tarefa que os teóricos da mobilização de recursos enfrentaram foi explicar como os movimentos sociais superam o dilema da ação coletiva (Tarrow, 1994, 1998; Fowleraker, 1995). De acordo com Mancur Olson, o indivíduo racional que age em interesse próprio não se alia a grandes grupos que produzem bens públicos. Ao contrário, ele calcula que outros indivíduos

cumprirão tal tarefa e que, assim, ele colherá os benefícios da ação desses grupos de qualquer maneira:

Do mesmo modo como não seria racional para um produtor em particular restringir sua produção para que houvesse um maior preço para o produto de seu setor, também não seria racional para ele sacrificar seu tempo e dinheiro apoiando uma organização de *lobby* para obter assistência governamental ao setor. Em nenhum dos casos seria do interesse do produtor individual assumir, ele mesmo, qualquer dos custos. Uma organização de *lobby* ou, de fato, um sindicato ou qualquer outra organização, trabalhando pelo interesse de um grupo grande de firmas ou trabalhadores em algum setor, não conseguiria nenhum apoio de um indivíduo racional atuando em interesse próprio naquele setor (1965, p. 11).

Para Olson (1965), a única maneira de superar o problema da "carona" é pela oferta de benefícios seletivos para os potenciais membros ou, inversamente, pela imposição de sanções sobre aqueles que não cooperam. McCarthy e Zald (1977) reconhecem este problema e visualizam uma solução em termos organizacionais. Eles argumentam que a tarefa primordial para as organizações de movimentos sociais é agregar recursos e transformá-los em ação: "a tarefa de mobilização de recursos é primariamente aquela de converter simpatizantes em membros e manter o envolvimento dos mesmos" (p. 1221). Em outras palavras, o desafio é fazer com que as pessoas contribuam para o movimento com tempo e dinheiro. De fato, eles concordam com a idéia de Olson de que incentivos seletivos podem afetar a decisão das pessoas quanto a se juntar ou não a um movimento social. Usando a linguagem da escolha racional, eles explicam que incentivos seletivos têm um importante pa-

pel na alteração da percepção dos custos e dos benefícios da participação. Ainda nesse sentido, os autores afirmam que uma gradual profissionalização dos movimentos sociais pode ajudar a atenuar o problema da ação coletiva.

Como os teóricos pioneiros da mobilização de recursos trabalharam dentro do marco teórico da escolha racional, eles eliminaram de suas análises a possibilidade de as pessoas agirem de acordo com seus credos e ideologias em vez de agirem guiados por uma racionalidade instrumental. Como lembra Hirschman (1982), a participação em movimentos sociais e outras formas de ação coletiva pode ser uma recompensa por si só, independentemente de incentivos coletivos e sanções sociais.

Sem dúvida, a mais importante característica deste enfoque é que ele rejeitou a estigmatização dos movimentos sociais explícita nas teorias clássicas. Em vez de indivíduos psicologicamente perturbados, os estudiosos passaram a entender os participantes de movimentos sociais como indivíduos racionais que se aliam aos movimentos para fazer demandas políticas objetivas e não para aliviar suas tensões ao se juntar a massas incontroláveis.

Outro avanço substancial desta corrente foi o reconhecimento de que os movimentos sociais precisam ter algum grau de organização. Os teóricos da mobilização de recursos criaram várias categorias analíticas que ajudam a entender o processo de mobilização, como, por exemplo, organizações e setores de movimentos sociais. Além disso, eles discutiram a maneira pela qual as organizações interagem entre si e com o ambiente. Isto é relevante não só porque revela importantes aspectos organizacionais dos movimentos sociais, mas também porque ajuda a esclarecer o dilema da ação coletiva. Olson (1965) enfatizou que o problema do "caronista" é uma característica típica dos grandes grupos. Estudo-

tos da mobilização de recursos fizeram uma importante contribuição ao mostrar que os movimentos sociais não são necessariamente grandes organizações, mas, normalmente, redes de pequenas organizações e grupos solidários trabalhando conjuntamente para atingir objetivos comuns.

A interação entre os movimentos sociais e o ambiente onde estão inseridos (aliados e oponentes), de acordo com McAdam (1982), é importante porque leva em conta o efeito de grupos externos sobre eles. Em suas próprias palavras: "De acordo com os mais recentes teóricos da mobilização de recursos, estas oportunidades e custos são, em grande medida, estruturadas por grupos externos ao movimento. Assim, estes grupos recebem muito mais consideração nesta perspectiva do que nos modelos clássicos" (p. 23).

A teoria da mobilização de recursos como descrita acima contribuiu sobremaneira para os estudos dos movimentos sociais. Apesar disso, esta corrente tem um forte viés favorável às interpretações pluralistas do Estado. Por um lado, os teóricos clássicos consideravam os movimentos sociais explosões irracionais de ação coletiva. Os defensores da mobilização de recursos, por outro lado, trataram a mobilização social como simples tentativa por parte de grupos organizados de quebrar as barreiras à participação em um sistema marcado por uma política elitista. De acordo com McAdam:

O que é necessário são várias teorias especificamente construídas para categorias particulares de ação. A teoria da mobilização de recursos é uma destas teorias: defensável quando aplicada a certas classes de ação coletiva, inadequada como explicação geral da insurgência. Os limites da aplicabilidade do modelo surgem da falha de seus proponentes em diferenciar adequadamente os esforços de mudança organizados, daqueles gerados por grupos excluídos e por membros estabelecidos da política (1982, p. 24).

Processo Político

Como resposta aos problemas da teoria da mobilização de recursos tradicional, um novo enfoque, hoje conhecido como modelo do processo político, surgiu no início dos anos de 1980. Este modelo se preocupa mais com as interações estratégicas entre os movimentos sociais e o ambiente onde operam e enfatiza o contexto político e social, em vez da lógica utilitarista de atores individuais e da participação da elite. Apesar desses avanços, alguns estudiosos dos movimentos sociais, como Cohen (1985), continuam a classificar esta corrente como parte da teoria da mobilização de recursos.⁵

Particularmente importante para os estudiosos do processo político é a razão pela qual os movimentos sociais surgem. Os teóricos da mobilização de recursos negligenciaram esta questão fundamental para se concentrar essencialmente no modo de mobilização dos movimentos.

De certa forma, os defensores desse novo paradigma voltaram a prestar atenção em um fator cuja importância tinha sido apontada pelos teóricos clássicos, que são as mudanças estruturais na sociedade. Obviamente, o modelo do processo político descarta o psicologismo presente nas teorias clássicas, mas reconhece que mudanças na sociedade podem causar mudanças nos interesses e oportunidades para que os grupos subordnados possam se mobilizar, bem como na maneira pela qual tais grupos defendem seus interesses. Os trabalhos de Charles Tilly foram fundamentais para o desenvolvimento dessa abordagem.

Em *From Mobilization to Revolution*, Tilly (1978) enfatiza a maneira pela qual a difusão do capitalismo e o estabelecimento dos Estados-nação mudaram os modos de controle social e, conseqüentemente, de resistência. Apesar de ele não propor nenhum modelo linear e determinista de evolução da mobilização social, indica algumas tendên-

cias geradas nas mudanças dos modos de resistência. Tilly classifica a ação coletiva em três categorias principais, de acordo com as reivindicações dos grupos mobilizados: competitiva, reativa e proativa. Reivindicações competitivas são aquelas que envolvem grupos que disputam os mesmos recursos. A ação coletiva reativa envolve grupos que tentam manter ou reconquistar reivindicações já estabelecidas quando um ator externo os desafia. Por outro lado, a ação coletiva proativa é aquela que reclama reivindicações até então inéditas.

Apesar de Tilly alertar o leitor contra uma possível interpretação destes modelos como estágios em um processo evolucionário, ele sugere que, de fato, há uma mudança a longo prazo de modos competitivos e reativos para modos proativos (Cohen, 1985). À medida que os Estados-nação surgiram e o capitalismo se espalhou pelo mundo, os modos e alvos tradicionais de protesto mudaram, e novos desafios e oportunidades surgiram. Na linguagem dos defensores do modelo do processo político, essas mudanças ofereceram oportunidades políticas para as pessoas se organizarem e se mobilizarem.

Oportunidades políticas, entretanto, não surgem somente quando grandes mudanças estruturais ocorrem, como no caso do surgimento dos Estados-nação. Elas também estão presentes em eventos menos espetaculares com os quais os Estados se defrontam periodicamente. Como Tarrow (1994) observa, "não somente quando as reformas estão pendentes, mas quando o acesso institucional se abre, quando alinhamentos se transformam, quando conflitos emergem na elite e quando aliados se tornam disponíveis, os desafios encontram oportunidades favoráveis" (p. 81). Em uma definição mais recente e refinada, Tarrow (1998) explica que quando usa o conceito de oportunidade política ele quer dizer "dimensões consistentes, mas não necessariamente for-

mais ou permanentes, do ambiente político que fornecem incentivos para a ação coletiva ao alertar as expectativas de fracasso ou sucesso" (pp. 76-77).

Tarrow identifica cinco dimensões principais das oportunidades políticas: (1) liberalização do sistema político, o que significa oportunidades crescentes para participação; (2) evidências de realinhamentos políticos dentro do sistema; (3) aparecimento de aliados fortes; (4) divisões entre as elites; e (5) declínio na capacidade do Estado de reprimir dissensões.

Quando os desafios aproveitam as oportunidades políticas para se mobilizar, expandem essas oportunidades para outros grupos ou movimentos sociais ao lhes dar um exemplo a ser seguido e ao expor as fraquezas daqueles que eles desafiam. Quando outros grupos seguem o exemplo, a simples mobilização pode se tornar um ciclo de protestos mais longo, no qual grupos menos mobilizados e com menos recursos também recorrem a uma política de confronto. Normalmente, esses ciclos são geograficamente amplos, até mesmo atravessam fronteiras, como aconteceu nos Estados Unidos e na Europa nos anos de 1960.

Em muitos casos, mudanças sociais e, particularmente, tecnológicas ajudaram não só a instigar a mobilização como também a providenciar novas formas de comunicação e coordenação (Tarrow, 1994, 1996, 1998). Na visão de Tarrow, particularmente, o escopo dessas mudanças foi a popularização da imprensa no século XVIII. Ao lado das novas formas de associação cívica que se tornaram populares no mesmo período, a imprensa representou uma oportunidade sem precedentes para as pessoas e os grupos se aliarem e se organizarem. Nesse sentido, a conexão com o paradigma da mobilização de recursos é clara: novas tecnologias e novas formas de associação são recursos que se tornaram disponíveis a grupos e indivíduos desconhecidos. A novidade deste enfoque, contudo, é que

tais recursos antecedem a mobilização. Eles funcionam como catalisadores do descontentamento individual e não como uma alavanca para aumentar o poder de algum grupo específico.

As oportunidades políticas fornecem explicações convincentes para as ondas de mobilização e revolução e, também, para casos isolados de mobilização, mas é necessário ter cuidado ao se usar esta teoria. Pode ser muito fácil para o pesquisador identificar mudanças nas estruturas de oportunidade por trás de um determinado movimento social e usá-las para explicar o caso *a posteriori*. Em outras palavras, a oportunidade política assume o risco de não explicar nada devido a seu poder de explicar tudo. As mudanças podem facilitar a mobilização, sem, contudo, ser sua causa próxima.

O risco de explicar tudo está justamente na premissa de que o descontentamento é uma constante na sociedade. Os retóricos da mobilização de recursos acreditam que tal descontentamento causa mobilização quando os grupos descontentes acumulam recursos suficientes ou quando janelas de oportunidade se abrem. Contudo, Buechler (1993) mostra que novos tipos de descontentamento reformularam e renovaram os movimentos femininos contemporâneos nos Estados Unidos. Mulheres que sofreram discriminação no contexto de outros movimentos sociais lideraram a formação do movimento de libertação das mulheres (uma facção do movimento feminista). O autor argumenta que o descontentamento pode ser tão importante quanto o acesso a recursos e oportunidades na explicação dos movimentos sociais. De fato, novos descontentamentos podem ter o mesmo efeito que novas oportunidades para gerar mobilização, apesar de constituírem categorias analíticas distintas. O surgimento de novas insatisfações não necessariamente envolve mudanças nas alianças, divisões entre as elites e oportunidades crescentes de participação. Mais

adiante, veremos que os grupos sociais podem construir novos descontentamentos mudando a maneira pela qual as pessoas interpretam aquelas já existentes.

Outra importante diferença entre os enfoques de mobilização de recursos e de oportunidades políticas se refere ao papel das elites na mobilização. Enquanto os seguidores da mobilização de recursos consideram o apoio das elites um componente chave da mobilização, os que trabalham segundo o enfoque das oportunidades políticas vêem as elites como inimigos e não aliados dos grupos insurgentes. De acordo com McAdam:

Os proponentes do modelo da mobilização de recursos caracterizam setores da elite como sendo amistosos, às vezes patrocinadores agressivos da insurgência social. Em contraste, o modelo do processo político é baseado na noção que a ação política de membros estabelecidos do sistema político reflete um conservadorismo persistente. Eles trabalham contra a admissão no sistema de grupos cujos interesses contrariam significativamente seus próprios interesses (1982, p. 38).

Não surpreende, portanto, que McAdam considere elementos da teoria marxista mais compatíveis com o modelo do processo político do que a teoria pluralista. Para os marxistas, a disparidade de poder entre as elites e as classes subordinadas é enorme, mas não insuperável. Eles consideram a transformação subjetiva da consciência um processo crucial na geração de insurgência, uma idéia que McAdam entende como parte do modelo do processo político, ao mesmo do modelo que ele propõe.⁶ Como este novo modelo apresenta também alguns aspectos do paradigma dos *novos movimentos sociais*, é preciso discuti-lo antes de aprofundar a análise do avanço das teorias dos movimentos sociais.

Identidade

O grande aforamento de movimentos sociais durante os anos de 1960 e 1970 não ocorreu somente nos Estados Unidos. A Europa, também experimentou um fenômeno similar que não escapou à atenção dos cientistas sociais locais. Como já foi dito, as teorias dos movimentos sociais nos Estados Unidos foram moldadas por avanços epistemológicos e teóricos nas ciências sociais como um todo durante a década de 1970. Na Europa, ocorreu algo similar. Mas enquanto os norte-americanos construíram suas teorias sobre, ou respondendo ao pluralismo e à racionalidade econômica, na Europa, as maiores influências foram o marxismo e o estruturalismo. (Cohen, 1985; Escobar e Alvarez, 1992; Tarrow, 1994, 1998; Fowleraker, 1995).

Um interessante e muito óbvio desvio do marxismo coloca-se no âmbito dos enfoques europeus dos movimentos sociais (aos quais Cohen se refere como *paradigmas orientados pela identidade*). Os cientistas sociais reconhecem que esses movimentos não surgiram a partir de divisões e conflitos de classe. O ambientalismo, o feminismo, os direitos civis, os direitos dos homossexuais e outros interesses foram, pela primeira vez na história, o centro da mobilização social. Devido a esta mudança na natureza das reivindicações, alguns autores chamaram a estes movimentos de *novos movimentos sociais*.

Uma outra distinção entre o paradigma da identidade e o enfoque marxista tradicional é a rejeição do Estado como *locus* central de luta para os grupos mobilizados. "Eles [novos movimentos sociais] miravam os domínios da sociedade civil em vez da economia ou do Estado, levantando questões relacionadas à democratização das estruturas da vida cotidiana e se concentrando nas formas de comunicação e na identidade coletiva" (Cohen, 1985, p. 667). Alberto Melucci (1989), um eminentemente pesquisador do paradigma dos novos

movimentos sociais, afirma que os conflitos contemporâneos se desenvolveram em áreas onde os investimentos simbólicos e as pressões por conformação são mais fortes. Em termos gerais, os novos movimentos sociais engajam-se em uma guerra de posições no âmbito da sociedade civil, e não em uma confrontação direta ao Estado.⁷ Nas palavras de Melucci, "movimentos contemporâneos operam como sinais, no sentido de que eles traduzem suas ações em desafios simbólicos aos códigos dominantes" (1989, p. 12).

As associações e os grupos por meio dos quais os indivíduos se organizam não são simplesmente os meios para se conseguir uma mobilização em larga escala e seus conseqüentes ganhos políticos; ao contrário, organizam-se em novos grupos é um fim em si mesmo. O estabelecimento de uma identidade grupal significa a legitimação do grupo na sociedade como um todo. A democratização, de acordo com esta perspectiva, está além do âmbito do Estado; ela tem de atingir o Estado, o mercado e a sociedade (Cohen, 1985).

Esta nova forma de organização social, de acordo com o pensador social francês Alain Touraine (1985), é exclusiva das modernas sociedades pós-industriais ou *progravidas* (p. 781). Trata-se do resultado de um complexo conjunto de ações que a sociedade desempenha sobre si mesma. Em outras palavras, a sociedade estabelece novas regras e significados culturais que fazem com que grupos se mobilizem para controlar estes novos símbolos e significados culturais; ou para produzir outros. Esta "reflexividade" dos atores e as novas arenas de luta, mais do que os novos repertórios de enfrentamento, são os fatores que fazem com que os movimentos sociais sejam realmente novos. Além disso, a reflexividade emerge das arenas abertas pela sociedade pós-industrial (Touraine, 1985).

Neste ponto, Melucci e Touraine divergem. Melucci (1989) argumenta que tanto os críticos quanto os defensores dos novos

movimentos sociais compartilham uma mesma limitação epistemológica: eles tendem a considerar o fenômeno dos movimentos sociais um objeto empírico único. Ao fazer isso, os defensores tentam salientar suas novidades, enquanto os críticos identificam continuidades históricas com os velhos movimentos. Melucci argumenta que a novidade dos novos movimentos é exatamente o que ambos os lados do debate não vêem: "diferentes relações e significados destes movimentos" (p. 43).

Esse debate teve pelo menos uma consequência positiva, qual seja, enfatizou o pluralismo e a diversidade dos movimentos sociais no que diz respeito a seus objetivos, métodos e significados, o que implica, da parte do pesquisador, diversificar as ferramentas metodológicas. Os estudiosos da mobilização de recursos, de acordo com Melucci (1989), não conseguem reconhecer a necessidade de diversidade epistemológica e metodológica. Eles se concentram nos aspectos "visíveis" da mobilização social e da ação coletiva e, ao fazer isso, cometem o erro de "reducionismo político" — limitação da análise, segundo Melucci, aos aspectos dos movimentos sociais que são claramente políticos, como protestar para entrar em confronto com as autoridades constituídas. Ao concentrar seus estudos nos aspectos visíveis dos movimentos, os teóricos da mobilização de recursos consideram irrelevantes ou invisíveis todos os movimentos que não almejam o sistema político diretamente, de acordo com Mayer (1991, p. 175).

Mesmo que os novos movimentos sociais não sejam tão novos assim, essa abordagem contribuiu sobrenaturalmente ao estudo dos movimentos sociais ao salientar a importância da identidade, fator negligenciado em outros enfoques. Seu maior problema, contudo, é ter menosprezado a luta política, particularmente a luta contra ou dentro do Estado, fundamental na maioria dos movimentos sociais, novos ou velhos. Além disso,

como bem nota Foweraker, a identidade é um conceito problemático. Indivíduos têm de se juntar para formar identidades coletivas, mas quando e por que eles se juntam é uma questão crucial a que o paradigma dos novos movimentos sociais não dedicou atenção suficiente.⁸

Movimentos Sociais na América Latina

As ciências sociais na América Latina também foram afetadas pelo renovado interesse aos movimentos sociais nos meios acadêmicos europeu e norte-americano das últimas décadas. Os estudos dos novos movimentos sociais tiveram um impacto significativo, inicialmente de um modo ingênuo, o que produziu, muitas vezes, uma visão romantizada dos movimentos.⁹ A maioria dos estudiosos rejeitou a ênfase sobre os recursos e as estratégias que caracterizaram o enfoque da mobilização de recursos. Por outro lado, muitos deram a devida atenção às oportunidades políticas, particularmente às crises de Estado que facilitaram o surgimento de movimentos sociais por toda a região. A ideia de identidade implícita nos estudos dos novos movimentos sociais, e desenvolvida por estrangeiros que trabalhavam na região, foi particularmente bem recebida pelos pesquisadores latino-americanos.

Eles não importaram de maneira acrítica o conceito de flexibilidade das sociedades pós-industriais de Alain Touraine. De acordo com Escobar (1992) e Calderón *et al.* (1992), os latino-americanos adaptaram e reformularam essa concepção, seguindo a tradição de sincrismo que já produzira teorias sólidas, como a teoria da dependência e algumas variantes da teoria da modernização.

Na América Latina, foi exatamente a crise do Estado que desencadeou a nova fase de protestos sociais (Calderón *et al.*, 1992; Escobar, 1992; Escobar e Alvarez, 1992). O fracasso do Estado desenvolvimentista e

populista no Cone Sul e do Estado oligárquico na América Central, bem como o abalo geral dos mecanismos de representação foram fatores importantes desta crise. Ao contrário do "pós-industrialismo" da sociedade europeia, Escobar argumenta que a América Latina estava experimentando uma crise "orgânica" de identidade, e, sob tais circunstâncias, em vez de vivenciar e finalizar o que poderíamos chamar de travessia da época da modernidade, pulou o período como um todo:

A polarização social, a heterogeneidade e a exclusão alcançaram proporções sem precedentes na era do desenvolvimento. A erosão da modernidade é evidente na vida cotidiana, no comportamento concreto das pessoas, na crise econômica e no desencanto com os projetos modernos de construção dos Estados-nação, da política e do desenvolvimento. O que pesa no balanço final não é só política, progresso e democracia, mas também todo um projeto civilizacional baseado na razão moderna (Escobar, 1992, p. 68).

Nos estudos dos movimentos sociais na América Latina, contudo, é muito clara a rejeição das versões mais grosseiras do enfoque da mobilização de recursos. Primeirairamente, essa rejeição se baseia nos aspectos empíricos e metodológicos de tal abordagem, particularmente na inadequação da teoria pluralista do Estado no contexto latino-americano. Para alguns críticos, o modelo da mobilização de recursos é um manual para a inclusão de movimentos de grupos de classe média no sistema político norte-americano, um processo marcado por barganhas e alianças e, sobretudo, por ter uma característica pacífica. A disparidade de poder e de renda, bem como o caráter repressivo e não democrático da maioria dos regimes latino-americanos tornam a política

normal pouco provável. Entretanto, observa Foweraker (1995), é significativo que, apesar dessas características sociais e políticas — verdadeiras, na visão do autor —, a maioria dos movimentos sociais na América Latina se dá de maneira pacífica e busca mudanças democráticas por meio de cálculos estratégicos (p. 26). Em sua opinião, os pesquisadores latino-americanos não deveriam descartar completamente o enfoque da mobilização de recursos.

Outra crítica refere-se aos aspectos epistemológicos deste enfoque. Os estudiosos latino-americanos rejeitaram os aspectos quase teleológicos da visão subentendida no modelo da racionalidade econômica. Teóricos do feminismo criticaram duramente tal modelo, no sentido de que ele ignora classe, gênero e especificidades raciais, que tornam o conceito de ator racional inútil. Para esses críticos, o ator egoísta e racional é o homem branco da classe média das sociedades industriais avançadas e não tem nada a contribuir para a pesquisa fora deste contexto (Foweraker, 1995). A crítica da racionalidade econômica e das teorias de longo alcance são fortes no interior dos círculos acadêmicos pós-modernos. Nas palavras de Escobar:

Insights pós-modernos e pós-estruturalistas de vários tipos informam movimentos sociais em várias partes do mundo, especialmente na Europa Ocidental e na América Latina. Mais claramente na América Latina que em qualquer outro lugar, o movimento em direção a uma teoria dos movimentos sociais de longo alcance é rejeitada (1992, p. 62).

De modo geral, os cientistas sociais da América Latina rejeitaram o paradigma norte-americano devido às suas especificidades. Alguns criticaram-no por sua falha em reconhecer as diferenças na natureza dos Estados e, conseqüentemente, da luta política lá e cá. Paradoxalmente, eles aco-

lheram um enfoque que virtualmente ignora a importância do Estado como um adversário, como uma arena ou como um árbiter da política:

Mas não podemos negligenciar o fato que os movimentos sociais de vinte e cinco anos atrás tinham orientação política/estratal forte e que, em contraste, muitos dos atores de hoje buscam sua própria identidade cultural e espaços para sua expressão social, política ou de outro tipo (Calderon *et al.*, 1992, p. 23).

Ao reconhecer que as transições para a democracia e uma crise geral de representação contribuíram para o surgimento de movimentos sociais na região, estudiosos latino-americanos recentemente aceitaram alguns *insights* do enfoque da mobilização de recursos, particularmente a idéia das oportunidades políticas, como vemos na próxima seção. De qualquer modo, o foco principal da pesquisa latino-americana durante os anos de 1980 e início da década de 1990 foi a sociedade e não o Estado. Em outras palavras, a pesquisa na região escolheu o lado "invisível" dos movimentos sociais em detrimento da mais "visível" luta política.

O fato de que pesquisadores de diversas escolas das ciências sociais foram capazes de identificar e conceituar fatores diferentes que afetam os movimentos sociais é uma contribuição expressiva ao entendimento da ação coletiva. Contudo, a recusa em aceitar as contribuições de outros enfoques certamente retardou o desenvolvimento desta área de estudos, embora se possa entender a existência de paradigmas competitivos no período que se estendeu entre os anos de 1980 e início da década seguinte. Felizmente, uma nova geração de trabalhos sobre o tema tem usado os enfoques existentes de modo complementar e não competitivo. A próxima seção é uma discussão dessa tentativa de conciliação.

Novas Tendências nos Estudos dos Movimentos Sociais: em Direção a uma Síntese

Em uma revisão da literatura recente sobre os movimentos sociais na América Latina, Roberts (1997) critica o lado ideológico, bem como o otimismo dos trabalhos durante os anos de 1970 e 1980:

Para uma geração de acadêmicos de esquerda e de ativistas políticos desiludidos pela repressão a partidos de vanguarda, pela derrota dos movimentos de guerrilha e pela fraqueza e vicissitudes do trabalho organizado, os novos movimentos sociais foram uma bênção: uma nova forma de subjetividade popular que visava a uma ordem sociopolítica radicalmente igualitária e participativa e, assim, restaurava a fé na marcha progressiva da história (1997, p. 138).

A realidade, de acordo com Roberts, logo desfez as expectativas implícitas nessa visão romântica dos movimentos populares. Pesquisadores responderam à dissonância entre fatos e expectativas adotando um "tom mais sóbrio." Na visão do autor, a melhor literatura recente sobre o tema já não está somente louvando o surgimento de movimentos de base ou a abertura de novos espaços para a expressão social. Esta literatura está "fazendo um sério esforço para entender como os movimentos sociais se engajam nas arenas formais da política institucionalizada e tentam influenciar políticas públicas" (Roberts, 1997, p. 139).

Um aspecto importante da política latino-americana que afeta muito o surgimento e o desaparecimento dos movimentos sociais é a própria abertura dos sistemas políticos e a consequente democratização que a maioria dos países da região experimentou recentemente. Obviamente, o modelo do processo político oferece algumas

contribuições muito úteis para a análise da relação entre a transição de regime e a mobilização social. Um exemplo deste novo enfoque no estudo de movimentos sociais na América Latina é a pesquisa de Oxhorn sobre as organizações de favelas no Chile. Enquanto enfatiza a importância de se manter uma identidade popular coletiva dentro do setor popular, ele também investiga como esse setor traduz tal identidade em termos de ação. A idéia de oportunidade política é central em sua tese de que "sob certas circunstâncias a retomada de atividades organizacionais de base não só é possível em um regime autoritário, como é um produto da experiência autoritária em si" (Oxhorn, 1995, p. 6). Ao reprimir modos tradicionais de participação, o Estado autoritário pode oferecer novas oportunidades para a reorganização da sociedade ao longo de novas linhas, como, por exemplo, movimentos urbanos de base territorial.

Oxhorn também explora os modos e as estratégias de organização e mobilização dos movimentos sociais. Ele reconhece a importância das "organizações guarda-chuva" na proteção de organizações de base contra a repressão estatal durante o período autoritário. No caso do Chile, e na América Latina em geral, a Igreja Católica pode oferecer esta proteção devido a dois fatores principais. Em primeiro lugar, os movimentos de base consideram a Igreja um aliado confiável; em segundo, a Igreja tem sido relativamente imune ao aparato estatal devido a seu apoio popular e a valores cristãos implícitos (ao menos retoricamente) na ideologia estatal da maioria dos países latino-americanos.

Outro importante estudo que segue a mesma linha é a análise que Stokes (1995) fez da relação entre o Estado e os movimentos sociais no Peru. A autora identificou o surgimento do Estado corporativista como um fator que possibilitou a formação de novas identidades entre os mais pobres.

A ascensão do movimento trabalhista "classista," a injeção da "idéia crítica" da história e da sociedade peruana no currículo das escolas públicas, a chegada às favelas de legiões de organizadores externos com novas mensagens sobre a raiz da pobreza e das possibilidades de mudança — todos esses resultados diretos ou indiretos das políticas do governo militar transformaram a visão de mundo de amplos segmentos urbanos (1995, p. 116).

O foco central no estudo de Stokes foi o papel da cultura popular no surgimento dos movimentos sociais, mas ela não limitou seu trabalho a vagos conceitos de identidade. Em vez disso, discutiu como diferentes culturas políticas levaram os grupos a adotar diferentes estratégias de organização, mobilização e confronto (ou à decisão de simplesmente não se mobilizar). Tais estratégias basearam-se em aspectos normativos que indicavam a cada ator que tipo de ação política é correta e que tipo é inapropriada.

Outro estudo que enfatizou a importância da cultura foi realizado por Alvarez *et al.* (1998), os quais afirmaram que os cientistas sociais negligenciavam as ligações entre cultura e política. Existe, de acordo com os autores, uma necessidade de se ir além da textualidade e das formas de representação para entender o que os movimentos sociais realmente significam:

A cultura é política porque os significados são agentes constitutivos de um processo que, implícita ou explicitamente, buscam redefinir o poder social. Isto é, quando os movimentos empregam concepções alternativas de mulher, natureza, raça, democracia ou cidadania que abalam os significados culturais dominantes, eles praticam a política cultural (1998, p. 7).

É importante enfatizar o fato de que na América Latina, hoje, todos os movimentos

sociais praticam a política cultural. Seria tenedor, contudo, restringir esse conceito àqueles movimentos que são mais claramente culturais. Alvarez *et al.* (1998) argumentam que, nos anos de 1980, esta dicotomia resultou em uma divisão inútil entre os "novos" e o "velhos" movimentos sociais. Os novos seriam os movimentos indígena, ecológico, das mulheres, dos homossexuais e dos direitos humanos. Os velhos, dos camponeses, dos trabalhadores, de vizinhança e todos aqueles que envolviam as formas mais tradicionais de disputa. Estes autores rejeitaram não só tal diferenciação, mas também o antagonismo entre identidade e estratégia que uma vez existiu nesta área de estudos:

Em suas contínuas lutas contra os projetos dominantes de construção da nação, desenvolvimento e repressão, os atores populares se mobilizam coletivamente com base em interesses e significados muito diferentes. Em todos os movimentos, então, identidades coletivas e estratégias estão inevitavelmente atreladas à cultura. (Alvarez *et al.*, 1998, p. 6).

Os autores também reconhecem a importância das redes de movimentos sociais que, na visão deles, conectam de maneira informal e muitas vezes caótica uma pleiade de organizações de movimentos sociais, indivíduos, igrejas, ONGs, simpatizantes, membros de partidos e até mesmo funcionários do Estado. Essas redes ajudam os movimentos a alcançar seus objetivos particularmente ao utilizar seus "discursos e demandas" dentro e contra a cultura e as instituições dominantes" (Alvarez *et al.*, 1998, p. 16) – um argumento muito próximo à ideia de Mellucci de que "os movimentos sociais operam como símbolos, no sentido em que eles traduzem suas ações em desafios simbólicos aos códigos dominantes" (1989, p. 12). Quando se examina o sucesso dos movimentos sociais, é preci-

so considerar até que ponto estes discursos alternativos, demandas e práticas permearam a sociedade por meio das ramificações destas redes.

A dimensão cultural do poder tem suas raízes nas ideias do célebre pensador italiano Antonio Gramsci, que criticou o materialismo reducionista dos marxistas europeus. A esquerda latino-americana cometeu o mesmo erro ao interpretar o Estado como um ente que pode ser capturado e controlado. Esta perspectiva ignora o papel das ideias e da cultura na produção e reprodução de relações de sinais de poder. Recentemente, a esquerda latino-americana incorporou uma perspectiva gramsciana que, de acordo com Dagnino:

Enfatiza a confluência de três tendências diferentes: uma renovada crítica do marxismo tradicional, uma ênfase na construção da democracia, que é relacionada ao fortalecimento da sociedade civil e, no interesse destes dois, um novo enfoque da relação entre cultura e política (1998, pp. 39-40).

Como no enfoque gramsciano, Estado e sociedade não são peças separadas, mas um *continuum*; mudanças políticas têm de abranger a ambos. Esta relação orgânica é a chave para entender a ideia de política cultural e como ela se relaciona com os movimentos sociais. Os movimentos têm sido capazes de ultrapassar as concepções limitadas da política e da democracia ao alvejar a sociedade em geral, em vez de meramente "as instituições políticas como são tradicionalmente concebidas" (Dagnino, 1998, p. 47). Em uma sociedade hierárquica cujos membros são classificados de acordo com gênero, raça, classe e orientação sexual, os movimentos sociais têm de pressionar por mudanças das atitudes bem como das práticas políticas. A luta para mudar os direitos dos cidadãos segue passo a passo a luta para garantir seus direitos a ter direitos ante a so-

ciidade. Em outras palavras, o fim do autoritarismo estatal será completo e real somente quando e se o autoritarismo social for eliminado (Dagnino, 1998).

Essas mudanças recentes na orientação intelectual dos estudos dos movimentos sociais na América Latina produziram alguns insights que deveriam ser seriamente considerados por qualquer estudioso da área. Ao contrário dos estudos anteriores, essa perspectiva não elimina o foco principal de outras correntes, mas, ainda assim, continua a privilegiar as disputas sobre significados e símbolos em detrimento dos confrontos diretos na arena política.

Se os teóricos que trabalhavam dentro da tradição da identidade refinaram seus conceitos e incorporaram algumas ideias de outros paradigmas, é legítimo perguntar como os defensores dos outros paradigmas lidaram com os conceitos criados por aqueles. Em sua introdução a uma recente coletânea de textos sobre movimentos sociais, McAdam (1982) louva o crescente reconhecimento de três importantes fatores que afetam a ação coletiva: a estrutura das oportunidades e das dificuldades; as formas de organização disponíveis para os insurgentes; e os processos coletivos de interpretação, articulação e construção social que fazem a mediação entre oportunidade e ação. Vale a pena notar que McAdam *et al.* (1996) não adotaram o termo identidade, mas *framing*¹⁰ apesar de ambos possuírem significado similar. O importante é a posição central do processo de *framing* no modelo de McAdam. De acordo com ele, *framing* é uma condição *sine qua non* para a mobilização:

Se a combinação de oportunidades políticas e estruturas de mobilização dá aos grupos um certo potencial estrutural de ação, elas permanecem, na ausência de outros fatores, insuficientes para explicar a ação coletiva. Fazendo a mediação entre oportunidades,

organizações e ação, encontram-se os significados compartilhados e as definições que as pessoas trazem. Elas necessitam ao menos sentir-se estão incomodadas com relação a algum aspecto de suas vidas e confiantes que, agindo coletivamente, conseguirão corrigir o problema. Na falta de um destes fatores, é altamente improvável que as pessoas se mobilizem, mesmo quando possam fazê-lo (McAdam *et al.*, 1996, p. 5).

O atraso entre o surgimento da ideia de identidade como um fator importante no estudo dos movimentos sociais e sua adoção pelos seguidores da mobilização de recursos e do processo político tem duas razões. Primeiro, como McAdam *et al.* (1996) enfatizam, a imprecisão conceitual do termo identidade espantou muitos estudiosos. Estudos recentes, eles argumentaram, "igualaram o conceito [*cultural framing*] com toda e qualquer dimensão cultural dos movimentos sociais" (1996, p. 6). Os primeiros trabalhos sobre identidade na América Latina, como já dito, certamente contribuíram para agravar este problema. Segundo, a cultura, tradicionalmente, tem sido vista como uma característica estrutural de comunidades e sociedades, o que não se encaixa bem no modelo mais dinâmico do processo político. Esta visão foi substituída pela "concepção de cultura e *framing* como estrategicamente produzidas", o que a tornou muito mais atrativa para os estudiosos do processo político (Zald, 1996, p. 261). Esta nova visão surgiu de diversos ramos das ciências sociais, particularmente da antropologia cultural, da psicologia social e da análise de discurso. Surgiu também como um desenvolvimento dentro do campo de estudos dos movimentos sociais, particularmente a análise da cultura como parte do repertório de ação de um movimento (Zald, 1996).

Teóricos latino-americanos enfatizaram a importância da política cultural na criação

de uma contra-hegemonia em sistemas de sociedade e Estados autoritários. Pesquisadores oriundos das tradições do processo político e da mobilização de recursos ressaltam um tema relacionado com este, mas distinto: grupos competidores. Para eles, os movimentos sociais contestam não só as autoridades e a sociedade em geral, como também outros grupos, que competem em eventos de mobilização, mostrando suas forças, para ver quem consegue atrair mais apoio e recursos. Mais importante, contudo, é a competição em torno de significados, visando a estabelecer sua legitimidade e mostrar a justiça de suas causas para a sociedade e para o Estado (Zald, 1996).

A partir do final da década de 1980, a literatura norte-americana e, até certo ponto, a literatura europeia cada vez mais combinaram os estudos de oportunidades políticas com as análises das estratégias organizacionais, com resultados muito satisfatórios (McAdam *et al.*, 1996; Tarrow, 1994, 1998). Recentemente, a ideia de identidade e de política cultural converteu-se a se difundir entre os seguidores destes dois enfoques. O oposto também é verdadeiro: defensores da identidade e da política cultural cada vez mais aceitam os *insights* de outros paradigmas. Esta tendência é muito positiva para os estudos dos movimentos sociais. Apesar disso, as análises empíricas estão ainda começando, e o desenvolvimento deste campo demandará muitos estudos de caso e análises comparativas que integrem cultura, estratégias e oportunidades. As palavras de McAdam são um bom ponto de partida para futuros estudos dos movimentos sociais:

Em última análise, contudo, a utilidade analítica destes três modelos [clássico, mobilização de recursos e processo político] serão determinados, não por seus abstratos méritos teóricos, mas com base em quão bem cada modelo explica alguns movimentos sociais em particular. Então, meu objetivo final

será, sempre que possível, avaliar o grau de compatibilidade entre as implicações empíricas de cada uma destas perspectivas e os dados (1982, p. 3).

Nenhum dos enfoques apresentados pode ser considerado superior do ponto de vista empírico ou teórico que os outros. Contudo, a literatura fornece algumas dicas sobre como guiar a pesquisa empírica sobre movimentos sociais. Existem diferenças significativas entre os "novos" movimentos e aqueles tradicionais. Os seguidores do paradigma da identidade argumentam, convincentemente, que algumas formas de movimento visam à sociedade e lutam na arena dos símbolos e significados, enquanto outras lutam nas arenas mais tradicionais da política. Ainda assim, a classificação dos movimentos sociais de acordo com as categorias "novo/velho", analiticamente, não é nem muito acurada nem tampouco útil. Pelo contrário, parece mais produtivo pensar nos movimentos sociais como um contínuo entre aqueles orientados puramente para o lado da sociedade e aqueles orientados puramente para o Estado (dois pólos que na prática não existem). Não há também razão para acreditar que algum movimento não pode ou de fato não luta para mudar de maneira simultânea os significados subjetivos e a realidade política mais objetiva. Devemos considerar ainda que os movimentos sociais podem mudar sua própria natureza e até mesmo prosseguir trocando seu *locus* prioritário de ação do Estado para a sociedade e vice-versa. A própria natureza de um dado movimento social é, portanto, uma questão empírica que demanda pesquisa.

Surgimento e Evolução dos Movimentos: Considerações Finais

Rucht (1996) afirma que fatores externos afetam profundamente não só o surgimento

como também a própria organização dos movimentos sociais. Para este autor, nos estudos dos movimentos sociais, tanto a mobilização quanto a organização são variáveis dependentes, enquanto as oportunidades políticas constituem uma variável independente. Ademais, ele defende o uso das estruturas como variável independente, por serem mais estáveis e comparáveis do que as oportunidades.

As estruturas têm três aspectos contextuais: cultural, social e político. O contexto cultural refere-se a atitudes, valores, comportamento de indivíduos que podem ou não apoiar o movimento (ou, usando as palavras de Rucht, as pessoas serem consoantes ou dissonantes com o movimento). O contexto social é a inserção do movimento em seu ambiente social. O ambiente pode facilitar ou restringir a formação de identidades coletivas, o estabelecimento de redes de apoio e até mesmo a socialização dos colaboradores do movimento. Finalmente, o contexto político afeta profundamente a probabilidade de surgimento e a natureza das oportunidades políticas. As principais variáveis deste contexto, que podem facilitar a formação de identidades coletivas, são: (1) *o acesso à participação*, incluindo os canais de influência de decisões políticas; (2) *a capacidade de implementação de políticas das autoridades*; (3) a estrutura de alianças; e (4) a estrutura de conflitos, que é a constelação de adversários. A estas variáveis, Tarrow (1998) acrescenta uma outra, *a capacidade repressiva do Estado*.

Os pesquisadores deveriam prestar atenção na maneira pela qual os aspectos estruturais, sob circunstâncias normais, facilitam ou dificultam o surgimento de movimentos sociais, como argumenta Rucht (1996). Uma vez que o contexto estrutural afeta a estrutura organizacional dos movimentos sociais, as cinco variáveis determinam o tipo de movimento que provavelmente surgirá sob certas circunstâncias.

Kriesi (1996) propõe um modelo para analisar a evolução dos movimentos sociais,

em que enfatiza quatro parâmetros de desenvolvimento organizacional: (1) *crescimento e declínio organizacional* – as mudanças na dimensão do setor de movimentos sociais e a variação de recursos dentro de uma dada organização (SMO); (2) *estrutura interna* – como uma consequência imediata do fluxo de recursos, uma SMO pode passar por um processo de formalização, profissionalização, diferenciação interna e integração; (3) *estrutura externa* – diz respeito à integração da SMO com seus representantes, aliados e autoridades; e (4) *orientação prática e repertório de ação* – à medida que uma SMO evolui, ela tende a mudar seus objetivos. Muitas vezes, a própria manutenção da organização torna-se seu objetivo central, o que implica uma acomodação conservadora do movimento.

As variações destes parâmetros podem levar uma SMO a quatro trajetórias de evolução:

1. *Institucionalização*: uma SMO institucionaliza-se quando ocorre uma estabilização no seu fluxo de recursos, no desenvolvimento de sua estrutura interna, em suas relações com atores externos, em seus objetivos e seu repertório de ações. Quando atinge este ponto, a SMO passa a ter uma estrutura semelhante a um partido ou grupo de interesse.
2. *Comercialização*: transformação de uma SMO em uma organização de serviços. Isto pode ocorrer propositalmente, ou como consequência de uma ênfase crescente no uso de incentivos seletivos para manter e aumentar o número de membros do movimento.
3. *Involução*: mudança em direção a uma ênfase exclusiva na concessão de incentivos sociais, com o auxílio mútuo e solidariedade. Neste caso, a SMO transforma-se em algo que lembra um clube, um grupo de ajuda ou uma associação voluntária.
4. Finalmente, a SMO pode reavivar a mobilização para atingir seus objetivos, passando por um processo de *radicalização*.

As quatro trajetórias sugeridas por Kriese, pode-se adicionar a *cooptação*, que é o estabelecimento ou o reforço de relações patão-cliente, situação bastante comum em movimentos sociais na América Latina. Storchman (1992) salienta a importância dessa trajetória em seu estudo sobre movimentos sociais no Peru. Ela define clientelismo como:

[Uma] relação dialética entre dois atores desiguais na qual o superior troca bens e serviços por outros bens de valor (apoio político, trabalho) dos quais o ator inferior dispõe. Apesar de a troca ser benéfica para ambas as partes, de modo limitado, ela não aumenta o poder do ator inferior. Clientelismo é, portanto, uma estratégia dos grupos dominantes para manter sua posição de superioridade (1995, p. 112).

Essas relações podem se desenvolver entre líderes de movimentos sociais e suas bases, líderes e autoridades governamentais e líderes e atores que fazem a mediação entre os grupos de base e o Estado. Funcionários do Estado também podem querer este tipo de relação como uma maneira de sabotar os movimentos em benefício próprio.

É importante salientar que a evolução dos movimentos sociais não segue uma trajetória linear ou unidirecional, já que pode mudar de uma trajetória para outra de acordo com o contexto social, econômico, político e cultural onde o movimento se insere. É importante, em qualquer caso, avaliar o sucesso ou fracasso dos movimentos sociais analisados. O sucesso deve ser medi-

do de acordo com os objetivos do movimento e com as expectativas de seus participantes. A evolução de um movimento social pode estar diretamente ligada aos resultados que ele obtém. Como lembra Hirschman (1982), o sentimento de frustração pode levar os indivíduos a abandonar seus esforços de ação coletiva e redirecionar suas energias a interesses privados. Em contrapartida, a satisfação das expectativas pode desmobilizar os membros de um movimento, levando-o a seu termo ou a uma trajetória de *comercialização* ou *involução*, como descritas anteriormente.

A literatura sobre movimentos sociais evoluiu de uma posição teórica em que o Estado era uma variável de pouca importância para um reconhecimento crescente de seus efeitos sobre o surgimento, a continuidade e as conquistas dos movimentos. Não obstante, ainda há poucos estudos empíricos sobre a relação direta entre Estado e movimentos sociais. Tal lacuna está presente tanto na sociologia quanto na ciência política. Teóricos do Estado, por um lado, "têm se concentrado principalmente nos atores que detêm e usam o poder, em vez de estudar os que os desafiam. Os estudiosos do movimentos sociais têm se concentrado principalmente naqueles que contestam o poder em vez de suas relações com os poderosos" (Jenkins, 1995, p. 15). A América Latina, e particularmente o Brasil, são uma rica fonte de material empírico sobre o Estado e os movimentos sociais. O uso e o refinamento dos referenciais teóricos mais recentes poderá contribuir de maneira decisiva para preencher essa lacuna na literatura.

Notas

1. Para uma análise detalhada das teorias dos movimentos sociais, o leitor deve recorrer também ao trabalho de Maria da Glória Gohn, 1997.

2. Todas as traduções neste texto são de minha autoria.

3. Para uma discussão mais profunda desta teoria, ver Miller *et al.*, 1977.

4. Organizações de Movimentos Sociais (*Social Movement Organizations* – SMOs) são organizações que mobilizam seus membros para a ação coletiva guiada por metas políticas, isto é, para obter algum bem coletivo. Juntas, todas as SMOs de um dado movimento formam a Infra-estrutura do Movimento Social (*Social Movement Infrastructure* – SMII). Os SMIs de todos os movimentos sociais em uma sociedade formam o Setor de Movimentos Sociais (*Social Movement Sector* – SMS) (Kriese, 1996, pp. 153-154). McCarthy e Zald (1977) propõem uma categorização similar; contudo, eles se referem a todas as organizações no interior de um movimento, como a Indústria dos Movimentos Sociais (*Social Movement Industry* – SMI), em vez de infra-estrutura.

5. Alguns críticos deste enfoque se referem a esta divisão como uma cisão deste paradigma, mais do que seu desenvolvimento. Como resultado dessa cisão, duas perspectivas se opõem. Mobilização de Recursos 1 "concebe o setor de movimentos sociais como estando em livre competição com outros setores da sociedade em um mercado aberto de grupos e idéias". E mobilização de recursos 2 "está mais preocupada com a estrutura das oportunidades políticas e com o grau de organização dentro dos grupos sociais em estado de privação" (a este respeito, ver Mayer, 1991).

6. Se as elites são aliadas ou inimigas potenciais dos movimentos sociais depende da própria definição de elites. Na América Latina, é notável o papel que setores da Igreja Católica têm desempenhado na formação e apoio a grupos sociais, particularmente entre as camadas mais necessitadas da sociedade.

7. Nas sociedades industriais avançadas, a sociedade é forte e sustenta o Estado. Neste caso, uma "guerra de movimento" para conquistar o Estado é inútil. A tarefa para os revolucionários é tomar o controle da sociedade civil em uma guerra de posição (Gruppi, 1978).

8. Apesar de Albert Hirschman não ter se engajado diretamente nesse debate, ele considera a ação coletiva um meio de se obter satisfação pessoal e de aliviar as frustrações do consumismo e do racionalismo individualista, características comuns da sociedade moderna (Hirschman, 1982).

9. Para um aprofundamento dessa crítica, ver Roberts, 1997.

10. Uma tradução adequada para o termo *framing*, neste contexto, parece ser "interpretação".

Bibliografia

- Alvarez, S. E.; Dagnino, E. & Escobar, A.
1998 "Introduction: The Cultural and the Political in Latin American Social Movements", in _____ (eds.), *Culture of Politics/Politics of Cultures: Re-visioning Latin American Social Movements*. Boulder, Westview Press.
- Broom, L.
1959 "Social Differentiation and Stratification", in R. K. Merton; L. Broom & L. S. Cottrell (eds.), *Sociology Today*, Nova York, Basic Books.

- Buechler, S. M.
1993 "Beyond Resource Mobilization? Emerging Trends in Social Movement Theory", *The Sociological Quarterly*, 34: 217-235.
- Calderón, F.; Piscitelli, A. & Reyna, J. L.
1992 "Social Movements: Actors, Theories, Expectations", in A. Escobar & S. E. Alvarez (eds.), *The Making of Social Movements in Latin America: Identity, Strategy, and Democracy*, Boulder, Westview Press.
- Cohen, J. L.
1985 "Strategy or Identity: New Theoretical Paradigms and Contemporary Social Movements". *Social Research*, 52: 663-716.
- Dagnino, A.
1998 "Culture, Citizenship, and Democracy: Changing Discourses and Practices in Latin American Left", in S. E. Alvarez, E. Dagnino & A. Escobar (eds.), *Culture of Politics/Politics of Cultures: Re-visioning Latin American Social Movements*, Boulder, Westview Press.
- Davies, J. C.
1969 "Toward a Theory of Revolution", in B. McLaughlin (ed.), *Studies in Social Movements*, Nova York, The Free Press.
- Escobar, A.
1992 "Culture, Economics, and Politics in Latin American Social Movements Theory and research", in A. Escobar & S. E. Alvarez (eds.), *The Making of Social Movements in Latin America: Identity, Strategy, and Democracy*, Boulder, Westview Press.
- Escobar, A. & Alvarez, S. E.
1992 "Introduction: Theory and Protests in Latin America Today", in _____ (eds.), *The Making of Social Movements in Latin America: Identity, Strategy, and Democracy*, Boulder, Westview Press.
- Foweraker, J.
1995 *Theorizing Social Movements*. Londres/Boulder, Pluto Press.
- Gerschwender, J. A.
1971 "Explorations in the Theory of Social Movements and Revolutions", in _____ (ed.), *The Black Revolt*, Englewood Cliffs, Prentice Hall.
- Gohn, M. G.
1997 *Teoria dos Movimentos Sociais: Paradigmas Clássicos e Contemporâneos*. São Paulo, Edições Loyola.
- Gruppi, L.
1978 *O Conceito de Hegemonia em Gramsci*. Rio de Janeiro, Edições Graal.
- Gurr, T.
1970 *Why Men Rebel*. Princeton, Princeton University Press.
- Gusfield, J. R.
1970 *Protest, Reform, and Revolt*. Nova York, John Wiley and Sons.
- Gurr, T.
1970 *Why Men Rebel*. Princeton, Princeton University Press.
- Gusfield, J. R.
1970 *Protest, Reform, and Revolt*. Nova York, John Wiley and Sons.
- Hirschman, A. O.
1982 *Shifting Involvements: Private Interest and Public Action*. Princeton, Princeton University Press.
- Huntington, S. P.
1968 *Political Order in Changing Societies*. New Haven/Londres, Yale University Press.
- Jenkins, J. C.
1995 "Social Movements, Political Representation, and the State: An Agenda and Comparative Framework", in J. C. Jenkins & B. Klandermans (eds.), *The Politics of Social Protest: Comparative Perspectives on States and Social Movements*, Minneapolis, University of Minnesota Press.
- Jenkins, J. C. & Perrow, C.
1977 "Insurgency of the Powerless: Farm Worker Movements 1946-1972". *American Sociological Review*, 42: 249-268.
- Kornhauser, W.
1959 *The Politics of Mass Society*. Glencoe, IL, The Free Press.
- Kriesi, H.
1996 "The Organizational Structure of New Social Movements in a Political Context", in D. McAdam; J. D. McCarthy & M. N. Zald (eds.), *Comparative Perspectives on Social Movements: Political Opportunities, Mobilizing Structures, and Cultural Framings*, Cambridge, Cambridge University Press.
- Mayer, M.
1991 "Social Movement Research in the United States: A European Perspective". *International Journal of Politics, Culture, and Society*, 4: 459-480.
- McAdam, D.
1982 *Political Process and the Development of Black Insurgency, 1930-1970*. Chicago, University of Chicago Press.
- McAdam, D.; J. D. McCarthy & M. N. Zald
1996 "Introduction: Opportunities, Mobilizing Structures and Framing Process - Toward a Synthetic, Comparative Perspective on Social Movements", in _____ (eds.), *Comparative Perspectives on Social Movements: Political Opportunities, Mobilizing Structures, and Cultural Framings*, Cambridge, Cambridge University Press.
- McCarthy, J. D. & Zald, M. N.
1973 *The Trend of Social Movements in America: Professionalization and Resource Mobilization*. Morristown, NJ, General Learning Press.

- 1977 "Resource Mobilization and Social Movements: A Partial Theory". *American Journal of Sociology*, 82: 1212-1241.
- Melucci, A.
1989 *Nomads of the Present: Social Movements and Individual Needs in Contemporary Society*. Philadelphia, Temple University Press.
- Miller, A. H.; Bolce, L. H. & Halligan, M.
1977 "The J-Curve Theory and the Black Urban Riots: an Empirical Test of Progressive Relative Deprivation Theory". *The American Political Science Review*, 71: 964-982.
- Olson, M.
1965 *The Logic of Collective Action: Public Goods and the Theory of Groups*. Cambridge, MA, Harvard University Press.
- Oxhorn, P. D.
1995 *Organizing Civil Society: The Popular Sectors and the Struggle for Democracy in Chile*. University Park, Pennsylvania State University Press.
- Roberts, K. M.
1997 "Beyond Romanticism: Social Movements and the Study of Political Change in Latin America". *Latin America Research Review*, 32: 137-151.
- Rucht, D.
1996 "The Impact of National Contexts on Social Movement Structures: A Cross-Movement and Cross-National Comparison", in D. McAdam; J. D. McCarthy & M. N. Zald (eds.), *Comparative Perspectives on Social Movements: Political Opportunities, Mobilizing Structures, and Cultural Framings*. Cambridge, Cambridge University Press.
- Smelser, N. J.
1962 *Theory of Collective Behavior*. Nova York, The Free Press.
- Stokes, S. C.
1995 *Cultures in Conflict: Social Movements and the State in Peru*. Berkeley, University of California Press.
- Tarrow, S.
1994 *Power in Movement: Social Movements, Collective Action and Politics*. Cambridge, Cambridge University Press.
- 1996 "State and Opportunities: the Political Structuring of Social Movements", in D. McAdam; J. D. McCarthy & M. N. Zald (eds.), *Comparative Perspectives on Social Movements: Political Opportunities, Mobilizing Structures, and Cultural Framings*. Cambridge, Cambridge University Press.
- 1998 *Power in Movement: Social Movements, Collective Action and Politics*. Cambridge, Cambridge University Press.
- Tilly, C.
1978 *From Mobilization to Revolution*. Londres, McGraw Hill.

Touraine, A.
1985 "An Introduction to the Study of Social Movements". *Social Research*, 52: 749-787.

Zald, M. N.

1996 "Culture, Ideology and Strategic Framing", in D. McAdam; J. D. McCarthy & M. N. Zald (eds.), *Comparative Perspectives on Social Movements: Political Opportunities, Mobilizing Structures, and Cultural Framings*. Cambridge, Cambridge University Press.

Resumo

Novos Ramos e Possibilidades para os Estudos dos Movimentos Sociais

A partir da década de 1960, houve uma grande renovação do interesse acadêmico nos movimentos sociais. Apesar de suas raízes empíricas comuns, as escolas que surgiram nos Estados Unidos e na Europa diferiram completamente e, infelizmente, por mais de uma década, houve muito pouco intercâmbio intelectual entre elas. No final dos anos de 1980, pesquisadores latino-americanos engajaram-se na pesquisa sobre movimentos sociais, mas não conseguiram preencher a lacuna entre os paradigmas então existentes. Pelo contrário, a maioria dos pesquisadores adotou conceitos provenientes da literatura europeia e negligenciou os pontos fortes dos modelos norte-americanos. A literatura mais recente produzida na América Latina, Europa e Estados Unidos, contudo, aponta para uma crescente integração desses enfoques, o que aparentemente tem fortalecido esta área de estudos. A pesquisa sobre movimentos sociais na América Latina pode ajudar a preencher as lacunas ainda existentes na literatura, particularmente a falta de estudos sobre a interação entre Estado e sociedade.

Palavras-chave: Movimentos sociais; teorias dos movimentos sociais.

Abstract

New Courses and Possibilities for Social Movements Studies

Since the late 1960s, there has been a renewed academic interest in the studies of social movements. Despite their common empirical roots, the schools that emerged in Europe and the United States were completely different, and, unfortunately, for more than a decade there was little cross fertilization between these schools. In the late 1980s, Latin American scholars engaged in social movement research, but were unable to bridge the gap between the existing paradigms. Rather they adopted some concepts of the European literature and neglected the strengths of the American models of social movements. The recent literature in Latin America, Europe, and in the United States, however, points to an integration of these approaches, which apparently has been reinvigorating this field of studies. Research on Latin America may help bridge the gaps that still remain in the literature, particularly those concerning the relationship between the state and social movements.

Keywords: Social movements; social movements' theory.